

A capacidade de atendimento do centro é: 40 mamografias, 35 ultrassons e 20 biópsias por semana. A unidade capta mensalmente uma média de 3.700 exames de mamografia realizados pelas unidades móveis de Ivete Sangalo mamografia, analógicos, e pela Avon dois métodos mamógrafos digitais, atendendo toda a região de São José do Rio Preto e Araçatuba.

Deputado Carlão, sei que V. Exa. tem o mesmo interesse que isso funcione que eu. Eu acompanho desde o lançamento da pedra fundamental e tenho ajudado, não só como deputado, mas pessoalmente eu tenho ajudado naquela unidade de Fernandópolis.

Então, para mim é um baque muito grande receber uma notícia dessas. Eu quero me aprofundar mais. Pode ser que não tenha todos os dados, mas esta é a informação que eu recebi hoje.

Quero aqui registrar isso, porque é lamentável que a nossa região que tenha um dos maiores índices de câncer do Estado. Vossa Excelência sabe tanto quanto eu que o distrito - que nem é distrito - do Arabá tem 600 moradores. Sai de lá um ônibus lotado quase todos os dias para os hospitais do câncer - de Barretos, de Jales, de Fernandópolis e assim por diante.

Eu já fiz um requerimento aqui na Assembleia Legislativa pedindo para que o secretário de Saúde fizesse um levantamento na região para descobrir a causa de tudo isso. Não sei qual é. Não sou médico, continuo sendo um metalúrgico, peão e deputado.

Faz muito tempo que eu fiz esse requerimento. O secretário de Saúde me respondeu superficialmente, mas eu queria uma resposta com profundidade. Porque não é possível que passem naquela região aviões derramando toneladas de inseticida sobre aqueles canaviais, sem nenhum critério para decidir onde vai cair.

Então, primeiramente, eu estou aqui lamentando que não tenhamos um diagnóstico aqui no estado de São Paulo para saber quais são as causas do que acontece naquela região.

Eu tenho uma prima e um primo que infelizmente estão sofrendo desse mal e estão sendo tratados lá. Então, se V. Exa. tem alguma informação melhor que essa, eu agradeço muito.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - COM ASSÉNTIMENTO DO ORADOR - A tristeza da região é muito grande por ter perdido um serviço de diagnóstico, que fechou por falta de recursos financeiros.

O que o Henrique está dizendo - com muita propriedade, porque ele é um lutador em defesa do diagnóstico e do exame de câncer.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Tenho certeza de que V. Exa., pessoalmente, tem ajudado lá.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - COM ASSÉNTIMENTO DO ORADOR - Toda a região, inclusive esse hospital de Jales de três mil e poucos metros, foi construída pela AVCC, Associação das Voluntárias para o Combate ao Câncer. Quer dizer, não foi um dinheiro nem do hospital, nem do Estado, foi da sociedade ali da nossa região, e todos nós colaboramos.

Há seis anos está para ser credenciado pelo Ministério da Saúde do governo do PT. Nós precisamos de ajuda porque não estava credenciado, não credenciuo um serviço de excelência como é o hospital de Jales e, há um ano e meio, o Centro de Diagnóstico de Fernandópolis. Isso é de extrema importância. O que nós estamos precisando é fazer com que os repasses do Estado sejam feitos. Do governo federal não há credenciamento do Sistema Único de Saúde em nenhuma das duas unidades, por problemas burocráticos - e não porque não quiseram. Havia o compromisso do ex-presidente Lula de ajudar pessoalmente com isso. Ele não conseguiu e não sei o porquê. Perdeu-se naquela história de burocracia.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Só um parêntesis: eu estive no gabinete do presidente Lula na época em que era junto com o prefeito Parini. Nós estivemos lá, no hospital.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Isso. Quando foi montado o hospital, eu acho que foi uma coisa excepcional.

Com relação aos diagnósticos de câncer na nossa região, temos um problema muito sério. O maior índice de câncer de laringe de todo o País é na nossa região. Realmente, há um estudo da USP que está sendo finalizado, para tentarmos achar as causas, o porquê desse índice - ou é de radiação solar muito forte, ou é de defensivo agrícola ou é de água. Enfim, é de alguma coisa que nós temos.

Porém, V. Exa. sabe que não há no estado de São Paulo nenhuma região tão bem assistida como a nossa em exames e diagnósticos de todas as áreas. Quando se tem um centro de diagnóstico, começam a aparecer mais casos para serem curados preventivamente, como acontece em Fernandópolis. Então, eu quero compartilhar a tristeza de perdermos uma unidade de Saúde de tão relevante importância. Espero que isso seja resolvido.

Hoje, o governador está desde cedo em Brasília. O ministro da Saúde o chamou, para que pudesse andar com os credenciamentos dos dois hospitais e mais um credenciamento de uma ala de Barretos que eu não sei qual é. Espero que tenhamos feito isso. Vossa Excelência sabe o que o Hospital do Câncer sempre fez.

Toda vez, um terço sempre foi da iniciativa privada - o que, infelizmente, pela crise econômica, acabou -, um terço sempre foi do Estado e um terço sempre foi da União. A União cortou 10% do recurso para todos, pela crise econômica, e o Estado também fez esse corte. Esperamos reverter isso rapidamente. Falei com o Henrique ontem e hoje.

Acho que temos que atender as pessoas. Precisamos da ajuda de todos. Inclusive, coloquei, como relator do Orçamento, em nome de todos os deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo, nove milhões e 400 de uma emenda, como se fosse uma emenda de bancada, em nome de 100 mil reais para cada um dos deputados, para que seja colaborador do Hospital do Câncer de Barretos.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Deputado Carlão Pignatari, eu sei do empenho de V. Exa., desde quando foi prefeito de Votuporanga, e o quanto V. Exa. modificou a Santa Casa. Eu tenho que reconhecer isso publicamente. Sei o quanto tem prestado de serviço para a região a Santa Casa de Votuporanga.

Eu gostaria de participar desse embate porque - V. Exa. sabe - eu nasci e me criei naquela região. Tenho minha família, quase toda, lá. Quero dizer para V. Exa. que, com relação à questão desse diagnóstico, eu quero muito saber das causas, porque, no meu tempo, em que eu estava lá, nós não tínhamos nenhum diagnóstico. Não tínhamos nenhuma condição de ter o que nós temos hoje na região, toda essa capacidade de técnicos da USP.

Eu gostaria de acompanhar porque fiz esse requerimento há anos e recebi uma resposta muito evasiva. Acho que tenho isso até hoje, lá, no gabinete, mas quero acompanhar e estou empenhado, tanto quanto V. Exa., para que voltemos a ter aquela unidade do Hospital de Fernandópolis funcionando.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda Sessão Extraordinária, a realizar-se hoje, 10 minutos após o término da primeira Sessão Extraordinária, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

Item 1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 249, de 2013, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a conceder o uso de áreas públicas inseridas em Unidades de Conservação da Natureza que especifica, bem como dos imóveis localizados nos Municípios de Itirapina e Cajuru, e dá providências correlatas. Com 11 emendas. Parecer nº 888, de 2013, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação,

favorável ao projeto e às emendas de nºs 4 e 5, e contrário às demais. Parecer nº 889, de 2013, de relator especial pela Comissão de Meio Ambiente, favorável ao projeto com emenda e às emendas de nºs 4, 5 e 7, e contrário às demais. Parecer nº 890, de 2013, de relator especial pela Comissão de Infraestrutura, favorável ao projeto e contrário às emendas de nºs 1 a 11 e à emenda da Comissão de Meio Ambiente. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

Para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sra. Presidente, já vamos entrar na sessão extraordinária e eu só teria dez minutos para falar.

Solicito o levantamento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Carlos Giannazi, não há acordo entre as lideranças para o levantamento da sessão.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sra. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB – Sra. Presidente, quero fazer um apelo às lideranças desta Casa para que nós pudéssemos agilizar as nossas discussões e votações. Fui informado de que esse projeto agora em discussão está há três anos na Assembleia Legislativa.

O secretário da Educação fez um apelo para outro projeto que há mais de um ano está aqui na Assembleia Legislativa criando o Plano Educacional do Estado de São Paulo. As coisas aqui na Casa não caminham, os projetos não vão para frente. Ontem, na hora em que deveria ser de sessão ordinária da Câmara, nós tivemos um encontro praticamente político, com pouca colaboração trazendo ao Plano Educacional do Estado de São Paulo. No entanto, há uma lei federal específica: se até junho do ano passado não fosse aprovado o Plano Educacional do Estado de São Paulo, nós estaríamos impedidos de receber qualquer ajuda do governo federal na área educacional.

E nós ficamos quietos. Ficamos indo à tribuna, discutindo assim, mas sentimos que alguns colegas estão só protelando o tempo da discussão desses assuntos.

Então, é um apelo que quero fazer aos líderes desta Casa. Eu não estou dizendo que não se deva discutir os assuntos. Mas, pelo amor de Deus, há uma enorme fila de projetos de grande importância a serem discutidos, mas eu cito o Plano Educacional do Estado de São Paulo. Alguém que esteja acompanhando a sessão pela TV Alesp não vai entender mais nada. Vejam só quantas poltronas vazias aqui no plenário. Então, as pessoas acabam desanimando. Vejam, na plateia não tem uma pessoa assistindo a sessão da Assembleia Legislativa. Isso é muito triste! Numa Câmara Municipal, tem mais assistência do que aqui na Assembleia Legislativa.

Vamos fazer uma revisão nisso, é o meu apelo a todos os líderes dos partidos. Vamos discutir, mas discutir com objetividade, cada matéria na pauta para podermos, efetivamente, produzir nesta Casa; já vamos para quase 60 dias que nós não estamos deliberando quase matéria nenhuma.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Atendendo ao pedido de verificação de presença, solicitado pelo nobre deputado Carlos Giannazi, convido o nobre deputado André Soares, e o deputado Luiz Fernando Machado, para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

- É iniciada a chamada.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência constata número regimental de Srs. Deputados e Sras. Deputadas em plenário, pelo que dá por interrompido o processo de verificação de presença e agradece a colaboração dos nobres deputados Luiz Fernando Machado e André Soares.

Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Sra. Presidente...

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Sra. Presidente, o deputado Carlos Giannazi tem o tempo dele para discutir. Sua Excelência quer falar para comunicação para usar o tempo duas vezes.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Deputado Cauê Macris, eu posso utilizar o instrumento da comunicação quantas vezes eu quiser, como determina o Regimento Interno da Assembleia Legislativa. Estou dentro da lei, dentro da legalidade.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Sra. Presidente, gostaria de fazer algumas considerações sobre o que disse o deputado Welson Gasparini em relação à audiência pública realizada ontem nesta Casa, que tratou do Plano Estadual de Educação.

Discordo veementemente das colocações feitas pelo deputado Welson Gasparini, primeiramente porque a audiência pública de ontem apresentou várias propostas para a melhoria da Educação do estado de São Paulo. Contudo, quero registrar minhas dúvidas em relação à incorporação dessas propostas significativas.

Foram feitas propostas relacionadas ao financiamento da Educação estadual, ao aprimoramento da gestão democrática da escola pública e ao cumprimento da Lei nº 15.830, que aprovamos na Assembleia Legislativa e que a Secretaria Estadual de Educação está afrontando. Essa lei limita o número de alunos em salas de aula com matrículas de crianças e adolescentes com necessidades especiais de aprendizagem. Refiro-me à Educação especial, que é também um tema importante inscrito no Plano Estadual de Educação e na LDB.

O secretário ouviu, ouviu, ouviu e, ao final, falou apenas cinco minutos e foi embora, dizendo que vai incorporar as propostas. Eu duvido disso, até porque o projeto já está pronto para ser votado, já passou pelas comissões e nada foi incorporado. Fizemos debates, audiências públicas, e o projeto tramitou em Regime de Urgência e não incorporou uma única sugestão, e não vejo intenção nenhuma de se fazer isso.

O secretário Nalini é um homem de diálogo, acho que S. Exa. tem boas intenções, porém o governo Alckmin não vai autorizar nenhum tipo de mudança significativa - talvez alguma perfumaria, para disfarçar e dizer que fez alguma alteração. A não ser que haja muita pressão popular, pressão social, não teremos modificações importantes.

Esse governo só funciona no tranco, quando é pressionado com ocupações. Foi assim no ano passado, com o projeto de reorganização. O governador recuou porque os alunos ocureparam escolas. Neste ano, o governo foi obrigado a fornecer merenda escolar nas Etecs por conta das ocupações do Centro Paula Souza.

Nesta Casa, que é um puxadinho do Palácio dos Bandeirantes, a CPI só foi aprovada porque houve a ocupação pelos estudantes. Se não houver pressão popular, pressão social, esse governo não atende nenhuma reivindicação da população.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sra. Presidente, gostaria de dizer que ouvi a fala do deputado Welson Gasparini de que precisamos trabalhar, mas é trabalhar para aprovar projetos do governador. Os projetos de deputados sempre têm um empêchilo. Quanto ao Orçamento Impositivo, nem dá para imaginar. Então, trabalhar para quem? Só em função do Governo do Estado? E a Assembleia Legislativa?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para o povo de São Paulo, deputado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Para o povo de São Paulo, depende do ponto de vista, deputado Carlão Pignatari.

Sr. Presidente, estou pedindo para que os deputados olhem para nós também. Podemos fazer acordos, mas acordos só para beneficiar o governo? Nós votamos aqui, na semana passada, quais projetos de lei?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, esta Presidência convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia do dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária, a realizar-se hoje, 10 minutos após o término desta sessão.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 19 horas.

1º DE JUNHO DE 2016 18ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: MARIA LÚCIA AMARY <p>Secretários: EDSON GIRIBONI e MARTA COSTA</p>
RESUMO
<p>ORDEM DO DIA</p> <p>1 - MARIA LÚCIA AMARY Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 249/13.</p> <p>2 - CARLOS GIANNAZI Discute o PL 249/13 (aparteado pelo deputado Welson Gasparini).</p> <p>3 - TEONILIO BARBA Discute o PL 249/13 (aparteado pelos deputados Luiz Fernando Machado e Wellington Moura).</p> <p>4 - TEONILIO BARBA Solicita verificação de presença.</p> <p>5 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que alcança quórum para a continuidade dos trabalhos.</p> <p>6 - BETH SAHÃO Discute o PL 249/13 (aparteado pelo deputado Barros Munhoz).</p> <p>7 - ALENCAR SANTANA BRAGA Discute o PL 249/13.</p> <p>8 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY Encerra a discussão do PL 249/13. Coloca em votação e declara aprovada a consulta às lideranças, para que fosse dado conhecimento da íntegra e votada a emenda aglutinativa ao PL 249/16.</p> <p>9 - JOSÉ ZICO PRADO Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.</p> <p>10 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY Anota o pedido. Desconvoca sessão extraordinária que seria realizada 10 minutos após o término desta sessão. Encerra a sessão.</p> <p>*** - Abre a sessão a Sra. Maria Lúcia Amary.</p> <p>*** A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.</p> <p>Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.</p> <p>*** - Passa-se à</p>
ORDEM DO DIA
<p>*** A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.</p> <p>Discussão e votação - Projeto de lei nº 249, de 2013, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a conceder o uso de áreas públicas inseridas em Unidades de Conservação da Natureza que especifica, bem como dos imóveis localizados nos Municípios de Itirapina e Cajuru, e dá providências correlatas. Com 11 emendas. Parecer nº 888, de 2013, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto e às emendas de nºs 4 e 5, e contrário às demais. Parecer nº 889, de 2013, de relator especial pela Comissão de Meio Ambiente, favorável ao projeto com emenda e às emendas de nºs 4, 5 e 7, e contrário às demais. Parecer nº 890, de 2013, de relator especial pela Comissão de Infraestrutura, favorável ao projeto e contrário às emendas de nºs 1 a 11 e à emenda da Comissão de Meio Ambiente. (Artigo 26 da Constituição do Estado).</p> <p>Para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.</p> <p>O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, estamos na discussão sobre o PL 249, um projeto de lei do governador Geraldo Alckmin, do Executivo.</p> <p>É um projeto que praticamente entrega nossos parques estaduais para a iniciativa privada. É um projeto de lei que faz parte da política do PSDB de desmonte do Estado e de entrega do patrimônio público para a iniciativa privada.</p> <p>É mais um projeto nessa linha, da sanha privatista do PSDB no estado de São Paulo e no Brasil. Isso aconteceu nos dois governos do Fernando Henrique Cardoso, e há 20 anos que o PSDB vem desmontando o Estado, privatizando tudo que é possível e impossível.</p> <p>Eles estão entregando equipamentos públicos, entregando parques estaduais - neste caso -, extinguindo institutos de pesquisa, como aconteceu com o Cepam, com a Fundap, com o Seade.</p> <p>Projetos de lei foram aprovados aqui extinguindo fundações e institutos de pesquisa. Tudo isso agora, já nesta administração do governo Alckmin.</p> <p>Agora, temos mais um projeto e outros virão, com certeza. Nós já aprovamos vários aqui. Nós não, porque eu sempre votei contra esses projetos. Sempre fomos contra as privatizações e terceirizações, sempre nos colocamos radicalmente contra o desmonte do Estado, seja no estado de São Paulo, seja no governo federal ou na prefeitura. Nosso comportamento sempre foi coerente em todos os níveis, em relação a todos os entes federativos: União, estados e municípios.</p> <p>Sem dúvida nenhuma, o estado de São Paulo é o grande laboratório para o desmonte do Estado. Há 20 anos que São Paulo vem adotando esse tipo de política. O Projeto de lei nº 249, inicialmente, privatiza 27 parques, 27 áreas do Estado, entregando-as para a exploração de empresas da iniciativa privada.</p> <p>Antes de entrar nesse tema, que é importante, eu gostaria de responder à intervenção do deputado Welson Gasparini, que participou ontem da audiência pública realizada aqui, no plenário, tratando do Plano Estadual de Educação.</p> <p>Percebo que o Governo, na verdade, está tentando agora, nessa reta final, agilizar a aprovação do Plano Estadual de Educação, mas não porque esteja preocupado com a Educação ou com o plano estadual. A única preocupação do Governo, neste momento, é econômica, financeira. O Governo percebeu agora que pode deixar de receber algumas verbas do governo federal na área da merenda escolar, do transporte público, da compra de material didático. Somente agora o Governo se deu conta de que vai perder uma parte do orçamento, algumas transferências do Ministério da Educação.</p>

Deputado Gasparini, nós não estávamos aqui, nem V. Exa. nem eu, mas, em 2003, foi protocolado um projeto de lei instituindo o plano estadual. Em 2003! Até hoje esse projeto não foi aprovado ou debatido na Assembleia Legislativa. Antes disso, em 2001, o governo federal, ainda na época do governo Fernando Henrique Cardoso, havia aprovado um plano nacional de Educação exigindo que os estados aprovassem os seus respectivos planos. Tínhamos o governo Fernando Henrique e, aqui, naquela época, o governo Alckmin. Mesmo assim, durante todos esses anos, o governo do PSDB nunca se preocupou em debater, em agilizar a aprovação de um plano estadual de Educação. Treze anos se passaram de 2003 até agora e o plano não foi discutido pela Assembleia Legislativa. Não houve um único gesto do Governo para que isso ocorresse, apesar de nossas intervenções e de nossa insistência. Nós assumimos o mandato em 2007 e fizemos um movimento intenso para que houvesse debate, mas esse debate foi obstruído pela bancada governista.

Só agora o Governo encaminhou, às pressas, uma proposta de plano, um projeto de lei com um plano que foi construído pelos tecnocratas e burocratas da Educação. São tecnocratas que ficam nos gabinetes da Secretaria da Educação e não entendem nada de Educação, não têm compromisso com a Educação. Eles apresentaram uma proposta de plano altamente autoritária, vertical, de cima para baixo, que não representa as necessidades e os interesses da Educação do estado de São Paulo.

Não foi à toa que foram apresentados outros dois planos, esses organizados pela sociedade civil: um pelo Fórum Estadual de Educação e um por nós, da bancada do PSOL, em conjunto com a Adusp e outras entidades. Na verdade, nós ressuscitamos o projeto de 2003 e o atualizamos. Ele estava engavetado na Assembleia Legislativa e agora foi apresentado.

Porém, o que está predominando aqui é o projeto do Governo, dos tecnocratas e burocratas da Educação. Os nossos já foram praticamente descartados pelo Governo. O fato é que ontem, na audiência pública, o secretário da Educação ouviu as entidades, ouviu os sindicatos, ouviu parte dos deputados e no final falou por apenas cinco minutos. Depois ele foi embora dizendo que iria acatar propostas apresentadas.

Duvido de que isso aconteça, embora o secretário Nalini seja um homem de diálogo. O governo Alckmin não vai autorizar. Tenho certeza que haverá obstrução aqui. O Governo vai orientar a bancada governista a votar contra qualquer tipo de alteração, até porque não é mais possível apresentar proposta. O projeto já passou por regime de urgência e já está na Ordem do Dia, a não ser que haja um acordo entre os líderes para a apresentação de uma emenda aglutinativa. Fora essa possibilidade, não teremos nenhuma alteração nesse plano. Sendo realista, digo que vai ser muito difícil, a não ser que haja uma grande mobilização da sociedade, com pressão, ocupações, enfim. Talvez tenhamos algum tipo de avanço nessa área se a sociedade se mobilizar e pressionar a Assembleia Legislativa e o Governo. Caso contrário, teremos a aprovação de um plano apenas para que o estado de São Paulo continue recebendo algum tipo de transferência do governo federal. Só isso. Nenhuma meta será respeitada, nenhum objetivo, nenhuma estratégia do Plano Estadual de Educação será cumprida.

Esse será o cenário, até porque não temos uma lei de responsabilidade educacional. Não há punição para o governante que deixa de cumprir as metas estabelecidas no Plano de Educação, seja nacional, seja municipal, seja estadual. Ou seja, não será cumprido. Vai ser mais uma lei morta, uma carta de boas intenções do governo estadual.

O Governo já não respeita a legislação hoje existente na Educação. Por exemplo, cito a nossa Lei nº 15.830, de 2015, que limita o número de alunos em salas da rede estadual que tenha alunos com deficiência. Por exemplo, não podemos incluir um aluno com autismo ou síndrome de down numa sala de aula com 40 alunos. Nosso projeto diz que se houver um aluno autista numa sala de aula, essa sala só poderá ter 20 alunos. Não pode ter mais que isso. Se há dois alunos com algum tipo de deficiência, deve-se reduzir para quinze alunos. Isso é lei, já entrou no ordenamento jurídico do estado de São Paulo. É a Lei nº 15.830, um projeto de lei aprovado na Assembleia Legislativa de São Paulo. A lei não é cumprida e o Governo não a respeita, embora seja uma lei autorizativa. O Estado está autorizado a ter esse tipo de procedimento, mas não respeita a legislação.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - COM ASSÉNTIMENTO DO ORADOR - Eu gostaria de sugerir o seguinte: precisamos da votação do Plano Estadual de Educação. Como V. Exa. focalizou o tema, eu gostaria de fazer esse apelo. Volto a insistir: há um ano está em regime de urgência nesta Casa o Plano Estadual de Educação. Só dois estados no Brasil não têm o Plano Estadual de Educação, e um deles é o estado de São Paulo.

Podemos aperfeiçoar o projeto? Podemos, já deveríamos ter feito isso. Para se ter uma ideia, nem a Comissão de Educação deu parecer sobre o assunto porque, passado o prazo de 45 dias, o projeto já vai entrar na Ordem do Dia. Já não passa pelas comissões.

O apelo que gostaria de fazer a todos os líderes desta Casa sobre o Plano Estadual de Educação é para votarmos o projeto. Passaremos a ter o plano. Em seguida, votaremos todos os projetos de lei que alteram o plano para melhor. Não há nenhum impedimento de aperfeiçoar o plano. Agora, se ficarmos sem o plano, perdemos recursos financeiros.

Assisti ontem, do começo ao fim, a toda a audiência pública. Por escrito, acho que ontem não chegou uma sugestão. Só tínhamos gritaria aqui de “Fora, Temer”, “Foi um golpe”, “Não queremos nada com golpista”. O que tem isso com o nosso projeto do Plano Estadual de Educação? Mas muitos professores, quase que todos que estavam aqui presentes, deram colaborações verbais muito importantes. Eu assumo esse compromisso, sou da Comissão de Educação. Vamos receber emendas, mas vamos votar antes o projeto de lei imperfeito, necessitando de mais emendas, mas teremos já uma lei para ser modificada e aperfeiçoada. É uma sugestão que eu gostaria de dar a V. Exa., que tem sido um lutador nesta Casa pelo setor educacional.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Muito obrigado, deputado Gasparini, pela intervenção. Sugiro que V. Exa. faça esse apelo à base do Governo, aos deputados que compõem a base de sustentação do Governo, e que faça também esse apelo ao governador Alckmin, ao secretário da Educação. Nós, aqui da oposição, estamos dispostos a votar imediatamente o projeto. Aliás, estamos insistindo já desde 2003. É o Governo que não tem permitido isso. Por exemplo, o projeto de lei só foi apresentado pelo Governo no dia 4 de agosto de 2015, quando na verdade deveria ter sido apresentado no dia 25 de junho de 2015. O próprio Governo atrasou o envio do projeto para a Assembleia Legislativa.

Em relação às propostas apresentadas, ontem tivemos muitas colaborações. As entidades apresentaram propostas verbais. Nem era para apresentar por escrito, porque já temos duas outras propostas apresentadas, temos dois planos que deveriam ser incorporados ao plano do Governo. Apresentamos propostas desses planos. Se há algum tipo de intenção do Governo em incorporar alguma proposta, ele vai ter que incorporar, sobretudo, as apresentadas nos dois outros projetos de lei apresentados na Assembleia Legislativa. O desafio tem que ser dado, então, para a bancada governista. Nós, da oposição, queremos votar imediatamente o Plano Estadual de Educação, mas queremos que ele incorpore as propostas construídas pela sociedade civil organizada, pela comunidade escolar, pelas associações, pelos sindicatos, pelos alunos, pelos pais. Temos muitas propostas que tiram a Educação do marasmo e do abandono do estado de São Paulo.

Esta é a nossa reivindicação. Todo apelo tem que ser feito ao Governo, aos deputados do Governo e, sobretudo, ao governador e ao secretário estadual de Educação, porque da nossa parte queremos votar o projeto.